

A 6 de abril de 1919, operando um transmissor Westinghouse (2) de 20 watts, iniciavam as transmissões experimentais da Rádio Clube de Pernambuco, prefixo PRA-P. Essas primeiras transmissões radiofônicas efetuadas no Brasil foram a consequência do entusiasmo, pela nova tecnologia, de um grupo de pernambucos que, reunidos numa agremiação, importaram o equipamento como o objetivo inicial de incentivar a radiotelegrafia.

A transmissão de sons através de ondas radiofônicas, desenvolvidas nos países industrializados, despertava grande curiosidade em todo o mundo, Em 1921, nos Estados Unidos, já haviam quatro emissoras operando regularmente e no ano seguinte esse número chegava a 29 emissoras (3). No Brasil, atendendo a grande expectativa, na inauguração da exposição do Centenário da Independência, no Rio de Janeiro, a 7 de setembro de 1922, foi realizada a primeira grande exibição pública do rádio, sendo colocados em funcionamento os mais potentes transmissores até então operados no país. Causou impacto a transmissão do discurso inaugural proferido pelo Presidente Epitácio Pessoa, ainda que em muitos locais fossem percebidos apenas “sons guturais, zumbidos, interferências – um pout-purri de vários matizes”(4). Mesmo assim, milhares de pessoas testemunharam o acontecimento, difundido por dois radiotransmissores alugados nos Estados

Unidos e captado por cerca de oitenta receptores colocados em praças públicas em São Paulo, Niterói, Petrópolis e por todas as dependências da Exposição que ia da praça Paris ao Calabouço (5).

Em vários estados do Brasil se ouviram as transmissões da estação pioneira localizada no Corcovado. Até no Paraná (6) se registra a recepção do sinal emitido pelos pequenos transmissores de 500 watts, instalados pela Westinghouse Electric International Co. e pela Cia. Telefônica Brasileira. O sucesso das transmissões incentivou a que passassem a ser realizados programas com uma certa regularidade. A “Saúde pelo Auto-Falante”, consistindo em palestras e concertos musicais (7), foi um dos primeiros programas que puderam ser captados pelos poucos receptores existentes no Brasil, muitos dos quais improvisados” – os populares rádios de galena – feitos com uma mistura dos mais improváveis componentes, como taças de metal, caixas de charutos, torneiras” (8). “A engenhoca era completada com outras peças mais adequadas para a função, como fios, bobinas e fones de ouvido e, finalmente, a plaqueta minúscula de cristal de galena, onde uma agulha captava em determinado ponto sensível, e sem o auxílio da eletricidade, as ondas radiofônicas” (9).

MOVIMENTO		LAUDA 3
MATÉRIA	REDATOR DANIEL HERZ	

“INTERIORIZAÇÃO” DA TECNOLOGIA

A introdução da tecnologia de radiodifusão no Brasil ocorreu através da simples “interiorização” dos equipamentos, à medida em que estes se tornavam disponíveis no mercado mundial. Essa era uma tendência predominante nas relações internacionais e ocorria quando a produção dos países industrializados excedia a demanda do mercado interno e os equipamentos e aparelhos passavam a ser negociados no mercado externo. Condição pelo modelo econômico baseado na exportação de produtos primários e importação de manufaturados, a indústria brasileira, durante o império, nunca superou o estágio da primitiva produção artesanal. Após a República, persistiram as pequenas dimensões quantitativas e qualitativas dos mercados consumidores (10), o relativo baixo custo dos manufaturados importados, a falta de um sistema de transportes, a fragmentação geográfica dos mercados, a carência de recursos energéticos e de uma indústria de base, persistiram inibindo um processo de industrialização do país. Outro aspecto a considerar era a inexistência de instituições capacitadas para o desenvolvimento de conhecimentos científicos. O ensino acadêmico era escolástico e bacharelístico. A inexistência de qualquer curso de extensão universitária ou de centros de pequena, verificada no Império, prolongou-se durante a República (11).

COMPOSIÇÃO

Apesar dos conhecimentos científicos sobre as técnicas de transmissão de sinais através de frequências rádio-elétricas ainda serem rudimentares, o domínio produtivo da eletricidade é praticamente monopolizado pelos grandes trustes internacionais. Esse domínio é mantido com a formação de associações monopolistas através de pools, cartéis, rings, holdings, etc., que permitem “combinações de preços, controle da produção, cotificação dos mercados, troca de informações técnicas e de tendências, agressão a concorrentes independentes, celebração de convênios de patentes e licenças, etc. (12). Estima-se que em 1897 existissem 40 cartéis internacionais, que no início da Primeira Guerra Mundial chegassem a 114 e em 1931 fossem 320 (13).

O desenvolvimento da tecnologia e o seu aproveitamento econômico era, assim, condicionado pelos interesses internacionais dominantes e qualquer iniciativa independente era sufocada pelo seu poderio. Ainda hoje, poucos sabem que um padre brasileiro, Roberto Landell de Moura (ver box), nas primeiras décadas deste século, antecipou muitas das descobertas atribuídas a cientistas europeus e norte-americanos. As descobertas de Landell de Moura enfrentavam uma impossibilidade histórica de serem aproveitadas no Brasil.

A disputa pela monopolização dos conhecimentos prosseguiu duran-

te as duas primeiras décadas deste século. Os trustes e cartéis do setor elétrico patenteavam todas as pequenas invenções que surgiam (14) e excepcionais pesquisadores chegaram a ser postos na cadeia por força de processos movidos nos Estados Unidos e na Inglaterra (15). Em 1906, o engenheiro eletrônico David Sarnoff, pertencente à American Marconi Company, planejou um sistema de utilização do rádio “como veículo de comunicação de massa para as famílias comuns” (16). O “Rádio Caixa de Música”, previsto por Sarnoff, somente viria a ser implantado em 1919, e ele próprio tornou-se o primeiro gerente comercial da Radio Corporation of América (RCA). Essa empresa foi o resultado da compra das ações inglesas da American Marconi pela General Electric, que “conseguiu consolidar um certo número de patentes em litígio, o que lhe deu o controle da telegrafia sem fio e das transmissões de rádio nos Estados Unidos” (17).

Apesar de certos esforços no sentido de submeter o rádio ao controle do governo ou de entidades comunitárias, este veículo de comunicação pública, condicionado pelo sistema de economia de mercado, ficou entregue ao controle de grupos privados. O precedente do telégrafo, cuja exploração comercial por empresas privadas foi tolerada pelo governo, foi usado como modelo na institucionalização da operação do rádio.

A radiodifusão norte-americana ficou, então, sob controle de

dois grupos empresariais: o “grupo do rádio” que “incluía dois grandes fabricantes de equipamento elétrico (a General Electric e a Westinghouse) e a RCA; e a American Telephone & Telegraph Company (AT & T), já então poderoso conglomerado” (18). Ambos os grupos pretendiam o monopólio da radiodifusão e ao mesmo tempo consolidar os volumosos investimentos na área das comunicações telefônicas, então sob a liderança da AT & T (19). A RCA e o “grupo do rádio” obtinham certa vantagem nesta competição pelo grande número de patentes possuídas, o que assegurava “posição privilegiada na produção como também a capacidade de reivindicar royalties de outros produtores” (20).

Nessa primeira fase da radiodifusão no mundo ocidental, predominam os interesses mercantis das grandes empresas, que encaram o rádio de acordo com a potencialidade dos mercados consumidores de aparelhos receptores. Nos Estados Unidos essa estratégia é complementada com o controle da radioemissão pelas indústrias, para estimular a formação de uma audiência. A Westinghouse foi a responsável pela instalação, em 1920, da primeira estação de transmissão regular (21). Três anos após, todos os “222 fabricantes de equipamentos de rádio e material elétrico” (22), possuíam estações radiofônicas, justamente as de maior potência.

O investimento das indústrias em estações radioemissoras justifi-

cava-se plenamente pois, os 2% de famílias proprietárias de aparelhos de rádio em 1922, passaram a 10,1% em 1922 (23). Essa expansão significava um aumento de cinco milhões de dólares em aparelhos fabricados em 1922, para cem milhões em 1926, passando a apresentar constante crescimento (24).

FASE “PRÉ-CAPITALISTA”

A implantação da radiodifusão no Brasil processou-se num contexto de violenta expansão do capitalismo mundial e de acirrada disputa entre as grandes potências imperialistas. Nesse período, começa a deslocar-se o eixo de dominação do mundo ocidental, que passa das potências européias para os Estados Unidos. Os equipamentos de radiodifusão, nessa divisão internacional do trabalho a que o país se submete, são apenas alguns itens da pauta de importações que inclui quase todos os produtos manufaturados.

Em 1923, estimulada por Roquette Pinto e Henrique Moritze, a Academia Brasileira de Ciências solicitou que um dos dois transmissores de 500 watts, adquiridos da Western Electric pelo Governo para a execução serviço telegráfico, fosse utilizado em radiodifusão (25). O Governo cedeu à solicitação e a 20 de abril deste ano foi inaugurada a Rádio So-

cidade do Rio de Janeiro, primeira estação brasileira a executar um serviço regular de radiodifusão.

A partir de 1923 começaram a surgir emissoras em vários estados brasileiros. A maioria delas era montada amadoristicamente como entidades recreativas e culturais, reunindo associados sob a forma de Rádio Clubes ou Rádio Sociedades (Ver quadro).

Como o interesse pela radiodifusão multiplicasse o número de transmissores e receptores em operação, o Departamento de Correios e Telégrafos, então vinculado ao Ministério de Obras e Viação, passou a fiscalizar sua utilização. Tanto a transmissão como a escuta de sinais de rádio subordinavam-se à prévia autorização do DCT que emitia licenças gratuitas em caráter precário. Só em 1923, de acordo com um relatório do Ministério, foram concedidas 563 licenças desse gênero (26).

As entidades associativas forneciam a base de sustentação das emissoras. “Nessa situação, o rádio lutava contra a carência de recursos técnicos, além das dificuldades enormes para organizar programas que interessassem ao público ouvinte, para não falar na pequena soma de aparelhos receptores, ainda vendidos a preços proibitivos para a época” (27). Predominavam no rádio a música erudita, palestras e conferências, atendendo o slogan de Roquette Pinto: “Trabalhar pela cultura dos que vivem

em nossa terra e pelo progresso do Brasil”. “Dadas as condições precárias com que funcionavam as rádios (Sociedade e Clube do Brasil), os locutores faziam apelo aos ouvintes, solicitando que se inscrevessem como sócios, mediante a módica contribuição de 5\$000 (cinco mil réis; meio centavo, hoje). E que colaborassem enviando bons discos de suas discotecas para melhorar os programas. Então, a cada momento era anunciado: ‘A seguir transmitiremos o Prólogo da ópera II Pagliacci, de Leoncavallo, em disco gentilmente cedido pelo nosso ouvinte, Dr. Arnaldo Guinle’; ou: ‘Acabaram de ouvir Caro Nome de Rigoletto, de Verdi, colaboração do nosso sócio e amigo sr. Renato Murce’. E por aí a fora...”. (28)

Poderíamos definir esse período inicial da implantação do rádio no Brasil com a fase “pré-capitalista” da radiodifusão brasileira. Nesse período, o rádio “interioriza-se” pela importação atendendo as pressões mercantis do imperialismo, não assumindo, a rigor, nenhum papel de significação no sistema produtivo.

Foi pela elevação dos custos de operação das emissoras que começaram a surgir os “reclames” comerciais. Nessa primeira fase, os “reclames”, além de ajudar a cobrir os custos de operação, constituíam uma for-

ma de participação da comunidade na sustentação das emissoras, através da contribuição financeira de profissionais liberais e do comércio e indústria locais.

Por volta de 1925 e 1926 (29), a publicidade já estava incorporada como meio de financiamento, e as emissoras começaram a desenvolver suas potencialidades econômicas. Era preciso ampliar o público ouvinte para que também aumentasse o número de atingidos pela publicidade. Essa necessidade provocou alterações nas programações. Os temas folclóricos, o chorinho e a música popular em geral, abriram caminho para uma radical transformação do rádio. Entre 1926 e 1927 começam a surgir os primeiros artistas disputando a “preferência dos ouvintes: Gastão Formenti, Francisco Alves, Ana de Albuquerque Melo, Patrício Teixeira, Estefana de Macedo, Rogério Guimarães, Oscar Gonçalves, Albenzio Perrone, Elisinha Coelho e outros”(30). Os cachês pequenos, pagos diretamente pelas emissoras, passaram a melhorar um pouco, à medida que ia sendo aceito pelas empresas o patrocínio de programas inteiros. Agenciados por organizadores, eram oferecidos às empresas programas contendo um “pacote” de artistas, com o custo pré-calculado. Um dos primeiros programas desse tipo foi organizado por Renato Murce, em 1929:

- “Só consegui ganhar o meu primeiro cachê quando, em 1929, or-

MOVIMENTO		LAUDA 11
MATÉRIA	REDATOR DANIEL HERZ	

ganizei o primeiro programa radiofônico (patrocinado por uma única firma, a Casa Turuna, um estabelecimento da Avenida Passos, que fazia concorrência à Casa Mathias, notabilizada pelos anúncios bombásticos e cheios de “bestialógicos” que fazia pelos jornais. A Casa Turuna pagou, então, 400\$000 por um programa de duas horas. Nessa quantia estavam incluídas todas as despesas: aluguel da estação, que foi a Rádio Educadora, recém fundada; cachê dos artistas; conjunto regional para os acompanhamentos; e a corretagem de um “cara” que vendeu o programa, um senhor Mário, não sei o quê. Sobraram 30\$000 para mim e, como disse, foi o primeiro dinheiro que ganhei no rádio” (31).

Até o fim da década de 20 continuaram a surgir artistas “como Mário Reis, que viria a fazer dupla com Francisco Alves; Castro Barbosa, cantando só e depois em dupla com Jonjoca (João de Freitas Ferreira); a inconfundível e até hoje insuperada Carmem Miranda” (32), O samba, a música carnavalesca e sertaneja eram gêneros brasileiros de grande sucesso, mas também a música popular estrangeira tinha lugar reservado. Afora a cobertura turfística e de alguns eventos extraordinários, o rádiojornalismo sobre os jornais do dia. Destacavam-se ainda as crônicas e os comentários sobre assuntos do momento.

COMPOSIÇÃO

(2) ALMEIDA, Mauro. A comunicação de massa no Brasil. Minas Gerais, Ed. Júpiter, 1975, p. 43.

(3) LOPES, Saint-Clair. Radiodifusão hoje. Rio de Janeiro, Ed. Temário, 1970, p. 21.

(4) 50 ANOS de tentativas. Veja. São Paulo, 29 de set. 1976, p. 120.

(5) LOPES, op. cit. p. 33.

(6) Ibidem, p. 38.

(7) Ibidem, p. 60.

(8) 50 ANOS de tentativas, op. cit. p. 120.

(9) Ibidem, p. 120.

(10) PRADO JÚNIOR, Caio. História econômica do Brasil. 4. ed. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1956, p. 263.

(11) BASBAUM, Leôncio. História sincera da República; 1989 a 1930. 4. ed. Ed. Alfa-Ômega, São Paulo, 1976, p. 197.

COMPOSIÇÃO

(12) A INDÚSTRIA elétrica, da lâmpada aos monopólios. Opinião. RJ, 27 fev. 1976, p. 10.

(13) Ibidem, p. 10.

(14) FLEUR, Melvin L. de. Teorias de comunicação de massa. Rio de Janeiro, Zahar, 1971, p. 85.

(15) “Era quase impossível realizar-se qualquer progresso necessário nos componentes de rádio ou por à venda os equipamentos aperfeiçoados sem vir a sofrer toda espécie de processos judiciais relativos aos direitos das patentes. Com efeito, todos os grandes pioneiros do rádio, a partir de Marconi, enfrentaram-se nos tribunais. Lee De Forest, um dos notáveis inventores dos principais componentes do rádio, foi preso e acusado de fraude. O problema, naturalmente, consistia no fato de haver fortunas em jogo no setor da radiodifusão; a concorrência comercial por isso era intensa no sentido de deter a exploração comercial das invenções mais importantes”. Ibidem, p. 85.

(16) Ibidem, p. 86.

(17) Ibidem, p. 88.

(18) SCHILLER, Herbert I. O império norte-americano das comunicações. Petrópolis, Vozes, 1976, p. 33.

(19) Ibidem, p. 33.

(20) Ibidem, p.34.p

(21) FLEUR, op. cit. p. 89.

(22) SCHILLER, op. cit. p. 34.

(23) Ibidem, p. 34.

(24) Ibidem, p. 34.

(25) LOPES, op. cit. p. 33.

(26) Ibidem, p. 39.

(27) MURCE, Renato. Bastidores do rádio; fragmentos do rádio de ontem e de hoje. Rio de Janeiro, Imago Ed. Ltda., 1976, p. 19.

(28) Ibidem, p. 21.

(29) Ibidem, p. 22.

(30) Ibidem, p. 22.

(31) Ibidem, p. 23.

(32) Ibidem, p. 24.

COMPOSIÇÃO